

Procedimento concursal comum para ocupação de 2 postos de trabalho na categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Código da Oferta na BEP - OE202103/0737

Ref. 05/2020 – Área de Construção e Manutenção de Equipamentos Municipais da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos, com tolerância de 20 minutos.

Será composta por 3 grupos de questões:

- Grupo I – 6 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo II – 6 questões de resposta direta (1 valor cada)
- Grupo III – 2 questões de desenvolvimento (4 valores cada)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

- Regime jurídico das autarquias locais – Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- Lei geral do trabalho em funções públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
- Código de procedimento administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação;
- Código dos contratos públicos – Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção – Decreto-Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, na sua atual redação;
- Conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados

«Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias, aprovado pela Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho;

- Regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- Regulamento geral das edificações urbanas (RGEU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382/51, de 7 de agosto de 1951, na sua atual redação;
- Regulamento municipal da urbanização e edificação do Concelho de Torres Vedras, disponível na página eletrónica do Município de Torres Vedras, em www.cm-tvedras.pt;
- Condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua atual redação;
- Regulamento geral dos sistemas públicos e prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto;
- Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios – Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, na sua atual redação;
- Regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros da construção, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- Bases para o projeto de estruturas – EN 1990 EUROCÓDIGO 0;
- Ações em estruturas – EN 1991 EUROCÓDIGO 1;
- Projeto de estruturas de betão – EN 1992 EUROCÓDIGO 2;
- Projeto de estruturas de aço – EN 1993 EUROCÓDIGO 3;
- Projeto de estruturas para resistência aos sismos – EN 1998 EUROCÓDIGO 8.

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta da legislação, sem anotações, devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma.